

Resistência a mudanças na negociação da dívida

Alta fonte do Ministério da Fazenda afirmou ontem que o Brasil ficará satisfeito se conseguir dos bancos credores prazo de dez anos, com cinco de carência, para pagar sua dívida externa.

A fonte, diretamente responsável pelas negociações externas, qualificou de "apócrifo" o documento divulgado terça-feira em Bogotá, segundo o qual Brasil, México, Argentina e Colômbia pedirão prazo de 15 anos para pagar a dívida.

Esse documento, que seria o rascunho extra-oficial do que será debatido pelos chanceleres dos quatro países no dia 14 ou 15 de junho, em Bogotá, propõe que o pagamento dos juros seja determinado segundo a capacidade financeira de cada país; que as amortizações semestrais não sejam fixas; as dívidas contraídas junto a governos estrangeiros também seriam renegociadas com prazos mais amplos, e estabelecidas fórmu-

las para reduzir o serviço da dívida.

Para a fonte do Ministério da Fazenda, esse documento no mínimo é precipitado, porque ainda não se definiu sequer a data da reunião em Bogotá, se 14 ou 15 de junho. O certo é que será realizada depois do encontro dos países desenvolvidos, marcado para dia 7, em Londres. Além do chanceler Saraiwa Guerreiro, deve comparecer um ministro da área econômica, mas não está definido se será o da Fazenda, Ernane Galvêas, ou o do Planejamento, Delfim Neto.

Conforme a fonte da Fazenda, o Clube de Paris, organismo informal dos países desenvolvidos, oferece prazo de nove anos, com cinco e meio de carência, para o pagamento da dívida. Esse prazo na comunidade financeira internacional é considerado já bastante elástico. No entanto, ontem, dentro do próprio governo, essa posição "tímida" foi criticada, sob o argumento de que no

ano passado, com os bancos, o Brasil já conseguiu nove anos de prazo para pagar.

Embora as autoridades econômicas resistam em mudar o esquema de renegociação da dívida externa traçado desde 1982, desta vez ela tende a passar por dois caminhos: com os bancos, em torno de prazos de pagamentos; e com os governos, em torno da fixação de taxas de juros. Essa é a impressão que se recolhe entre empresários e assessores do governo.

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Andib), Ary Waddington, que esteve terça-feira com o ministro da Fazenda, constata que existe na área econômica uma certa resistência a mudar o esquema de renegociação. Mas considera inevitável que o Itamaraty, como órgão especializado em relações com governos, deverá integrar os próximos entendimentos.

A saída para o impasse em torno da

situação externa, na opinião de Waddington, deverá ser a fixação de um nível razoável para as taxas de juros internacionais, em torno da taxa histórica de 7 a 8%. Quando a taxa exceder esse patamar, o diferencial será pago pelo governo do banco credor. A argumentação é de que a taxa de juros reflete a política econômica do país: se a **prime** (taxa preferencial de juros norte-americana) alcançou 12,5% e pode chegar a 15% até o final do ano, é por causa da política armamentista de Ronald Reagan, que amplia o déficit fiscal e força o Federal Reserve a impor uma política monetária mais rígida.

Para o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, a capitalização de juros não é tão simples como parece. Por isso, ele vê como "ainda meritória", a proposta feita em 1981 pelo ministro Galvêas: criação de um

fundo especial pelos países desenvolvidos, gerenciado pelo FMI para socorrer as nações em desenvolvimento. Isso ampliaria as condições de empréstimos do FMI, inclusive para o pagamento adicional de juros, quando a taxa se elevasse.

Em Curitiba, o ex-ministro Karlos Rischbieter, afirmou que "o Brasil vive uma dramática dicotomia", ao definir a adesão do País à frente das nações devedoras como "apenas diplomática, sem apoio da área financeira".

Em Brasília, o senador Murilo Badaró, presidente da Comissão de Justiça do Senado, afirmou que, se houver uma organização viril, será possível até a transformação dos empréstimos externos em capital de giro.

Em discurso na Câmara, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) considerou positiva a nota conjunta dos presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México.